

## GT 7- BANCOS COMUNITÁRIOS E MOEDAS SOCIAIS

**Anderson Oriente (IFRJ)**

**Henrique Pavan Beiro de Souza (FMU)**

Por moedas sociais, entende-se um conjunto de meios monetários alternativos que se originam das necessidades econômicas e sociais de determinadas comunidades e que, por isso mesmo, não demandam necessariamente a emissão e regulação estatal, sendo a confiança mútua entre seus agentes seu substrato organizacional. Adicionalmente, pode-se observar tais experiências enquanto mercados locais orientados à sustentabilidade socioambiental dos territórios envolvidos. Para isso, reinventam características do dinheiro moderno, como suas entidades emissoras e juros a eles associados, enxergando-o como um recurso comum (*commons*). Nos tempos atuais, em que os efeitos da pandemia contribuíram para o aumento do desemprego e provocaram maior vulnerabilidade social em diversas comunidades, emergem debates acerca de políticas de renda básica, de inclusão financeira e de diversos dispositivos de estímulo ao desenvolvimento local. Neste sentido, os experimentos de moedas sociais se apresentam como alternativas promissoras no que concerne à promoção da resiliência socioeconômica dos territórios. Neste particular, vale ressaltar os diversos estudos que apontam suas capacidades em fomentar a circulação de recursos econômicos locais, dado que sua lógica se coloca como antítese à ideia de entesouramento e especulação financeira. Além disso, pode-se considerar a moeda e os mercados como instituições que existem de maneira incrustada na sociedade. Deste modo, a construção de sistemas de moedas locais por parte dos agentes envolvidos, lhes atribuem um caráter proposital, qual seja, o de instituir um mercado – e seu correspondente meio monetário – voltado para a realização dos objetivos sociais, culturais, ambientais e econômicos da localidade em questão. Daí que as experiências de moedas sociais se inserem em um conjunto de práticas abrangidas pelo campo da Economia Solidária. Sua emissão e circulação derivam das necessidades locais e sua gestão costuma ser compartilhada e baseada em princípios de democracia econômica. No caso brasileiro, o modelo principal de organização de sistemas de moedas sociais se concretiza nos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs). Sua origem remonta ao Banco Palmas, criado em 1998, para fazer frente às necessidades sociais e econômicas dos moradores do Conjunto Palmeiras em Fortaleza. Desde então, o referido banco atua na emissão da moeda social Palma que visa estimular o consumo local, além de emitir crédito – na mesma moeda – para atividades econômicas locais, com foco importante em cooperativas e pequenos negócios. Hoje, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento conta com mais de 100 organizações desse tipo, sendo que todas – em algum grau – movem-se pelos princípios e ações mencionados acima. Ademais, as experiências de moedas sociais vão além do modelo de bancos comunitários, tanto no Brasil como mundo afora. Existem os bancos de tempo (que baseiam suas trocas e, portanto, seu meio de pagamento, no tempo de trabalho necessário para a realização de determinada atividade), há sistemas de crédito mútuo (nos quais o poder de compra é criado na própria efetivação das transações), os sistemas *Business to Business* (nos quais a moeda tem por objetivo circular somente entre negócios locais, fortalecendo as redes empresariais de determinada localidade), entre outros. Em suas diversas formas de emissão e circulação, tais sistemas podem ser criados para diferentes finalidades, tais como projetos que remuneram pessoas que se engajem em hortas comunitárias, em atividades solidárias, em projetos de revitalização urbana, apoio a vizinhos com baixa mobilidade – idosos, doentes etc. Em suma, a proposta do GT é aglutinar e promover estudos, pesquisas e ações práticas inseridos especificamente no campo das moedas

sociais em seus diversos modelos e finalidades. Serão aceitos, portanto, trabalhos oriundos de diversos campos de estudo em suas intersecções disciplinares, tais como: análise de impactos econômicos, sociais e ambientais das moedas sociais nos territórios; avaliação de tecnologias e sistemas de gestão/organização dos sistemas de moedas sociais; estudo do potencial transformador das moedas sociais na população envolvida em sua utilização, tendo como foco processos de aprendizagem e conscientização financeira, social, política etc.; investigação acerca das relações entre sistemas de moedas sociais e as condições de trabalho dos agentes locais, englobando desde aspectos de inclusão produtiva até reflexões sobre o lugar do trabalho no século XXI em condições de financeirização da economia.